

Parabenizo-os pelo mergulho bastante consciente no ofício de historiador lembrando-lhes uma frase de Chateaubriand, em 04 de julho de 1807: *“Nero prospera em vão, Tácito já está no Império”*.

Por último, uma palavra de agradecimento ao artista Francisco Brennand que, em sua generosidade, permitiu o uso de uma sua criação para compor a capa da presente revista.

A herança colonial: fontes históricas, conceitos e eurocentrismo

Leticia Detoni Santos¹

Resumo

A escrita da História foi tomada nos últimos anos pela desconfiança. Os debates em torno da verdade e das possibilidades de apreensão da realidade histórica seguem ruidosos. Entretanto, o perigo dos extremismos pode ser minimizado através da análise dos conceitos aplicados às pesquisas. As discussões em torno do eurocentrismo em História e das construções narrativas acerca das populações originárias brasileiras constituem pontos de partida para experiências deste tipo, sendo este o foco do presente artigo.

Palavras-chave: Populações originárias brasileiras, conceitos, eurocentrismo.

Abstract

Suspiciousness is the word which best describes the writing of the History over the past few years. The debates around the truth and around the possibilities of historical reality apprehension remain thorny. However, the danger of extremisms can be minimized by the analysis of concepts applied in researches. The discussions around eurocentrism along the History and also narratives constructions on the original Brazilian population represent starting points for this kind of experiences, being the focus of this article.

Keywords: original Brazilian population, concepts, eurocentrism.

O alcance europeu das terras do ultramar Atlântico colocou em contato populações diferentes em termos culturais. E mais uma vez, como no caso da sociedade grega na época clássica, a dominação de alguns grupos humanos sobre outros foi justificada simbolicamente por meio de uma propalada superioridade cultural.

¹ Doutoranda em História (UFPE) sob a orientação da Prof^a Dr^a Christine Rufino Dabat e bolsista CAPES.

Tal como os cidadãos gregos se consideraram os únicos possuidores do *logos*, e, por conseguinte da razão, e desqualificaram as outras sociedades, as quais chamaram de “bárbaras”, as pessoas envolvidas na expansão portuguesa, ao atuarem na conquista do espaço que denominaram Brasil, perceberam-se como se portassem uma revelação divina que lhes concedia uma incontestada preeminência no âmbito das crenças e práticas.² Não por acaso, estas também consideraram “bárbaras” as populações autóctones do ultramar que possuíam cosmogonias e modos de vida diversos.

A escrita do Frei Vicente do Salvador figurou como um dos inúmeros exemplos neste tocante. Franciscano envolvido na catequese e tido como primeiro historiador da terra do Brasil, ainda no século XVII qualificou desta maneira os primeiros habitantes do referido espaço: “*O que de presente vemos é que todos são de cor castanha e sem barba, e só se distinguem em serem uns mais bárbaros que outros (posto que todos o são assaz).*”³

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, outro importante cronista da Ordem Franciscana, também nomeou como bárbaros os grupos autóctones que procurou descrever em sua obra “*Novo Orbe Seráfico Brasília*”,⁴ consultada até os dias de hoje como fonte

² Leopoldo Zea escreveu acerca da substituição do “*logos* pagão” pelo “*logos* cristão” no projeto colonizador ibero, analisando marcadamente a escrita e a ação de Juan Sepúlveda. Ver: ZEA, Leopoldo. *Filosofia de la historia americana*. México: Fundo de Cultura, 1978, p. 103-132.

³ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke; Apresentação Aureliano Leite. 7 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982, p. 77.

⁴ JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasília, ou Crônica dos Frades menores da Província do Brasil*. Impressa em Lisboa em 1761 e reimpressa por ordem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Tip. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858; JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasília, ou Crônica dos Frades menores da Província do Brasil*. Impressa por ordem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Parte Segunda. Rio de Janeiro: Tip. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858.

histórica respeitante aos séculos XVI, XVII e XVIII. Deste modo, as guerras intergrupais, a antropofagia e a poligamia percebidas nas sociedades nativas, foram objetos constantes de olhares e escritas etnocêntricas, tal como a nudez, impressionante para uma sociedade que carregava a vergonha de Adão e Eva. Este emblemático casal, que segundo a narrativa bíblica vestiu-se com folhas de figueira após a “Queda”,⁵ simbolicamente constrangia e lembrava aos fiéis católicos de que não se podia viver tão à vontade no mundo.

Longe de se dividirem em dois blocos sócio-culturais homogêneos, as pessoas atuantes na conquista lusa e as populações por estas “encontradas” em torno dos anos de 1500 na “terra brasilis”, vislumbraram por todos os lados uma diversidade cultural que gerou necessidades de entendimento. As narrativas resultantes destes esforços de percepção entre grupos sociais distintos evidenciaram, como mencionado acima, os violentos embates físicos e simbólicos que caracterizaram o “encontro”.

Neste tocante, se por um lado praticamente não temos testemunhos diretos contendo as impressões das pessoas que primeiro habitaram as terras, por outro, do lado daquelas que agiram em favor da “colonização” (eufemismo comumente usado em lugar da palavra conquista), os relatos foram abundantes e muitos podem ser compulsados na atualidade.

Assim, uma gama de indivíduos majoritariamente ligados ao projeto de dominação portuguesa (tanto estrangeiros como nascidos no Brasil) construiu, desde o século XVI, narrativas a acerca desta parcela da denominada América. Autores com variadas origens e interesses, como viajantes, senhores de engenho e religiosos, relataram a respeito deste espaço e, mormente, acerca da sua população nativa.

⁵ Ver: Livro do Gênesis, capítulo 3, versículos 7-11.

Nas representações, tudo o que foi descrito ganhou conotações específicas. Alguns, como no caso dos viajantes, relataram principalmente tendo em vista a exposição dos conteúdos àqueles que provavelmente nunca pisariam em terras tão distantes. Por outro lado, existiram também representações construídas por indivíduos que não conheceram pessoalmente as paragens e populações retratadas e descritas. Estes possivelmente agiram guiados pelo senso comum, o que não tornou seus trabalhos menos interessantes para a pesquisa histórica. Digna de nota neste sentido foi a atuação do gravurista Theodoro de Bry, nascido em Liège no ano de 1528. As suas ilustrações, como no caso da representação da antropofagia, forneceram à posteridade alguns aspectos do imaginário europeu à época.

Os autores que participaram mais efetivamente do cotidiano das vilas e localidades em formação, escreveram suas crônicas compondo cronologias de acontecimentos respeitantes à presença lusitana na terra que estava continuamente sendo dominada, praticamente “palmo a palmo”. Com este ânimo, arrolaram as dificuldades enfrentadas no estabelecimento das povoações coloniais diante dos confrontos com as sociedades nativas e com outras nações estrangeiras alijadas na divisão oficial-papal do mundo. Narraram, sobretudo, os costumes locais, em moldes semelhantes aos da etnologia atual, e as condições de desenvolvimento dos agrupamentos humanos.⁶

Nas primeiras impressões, o espaço descrito figurou como um lugar paradisíaco, semelhante ao Éden bíblico.⁷ A exuberância

⁶ A lista de escritores é numerosa, seguem alguns nomes e obras como exemplos: Ambrósio Fernandes Brandão (*Diálogos da Grandeza do Brasil*); Fernão Cardim (*Tratado da terra e gente do Brasil*); Pero de Magalhães de Gândavo (*Tratado da terra do Brasil e História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*); Jean de Léry (*Viagem à Terra do Brasil*); Frei Vicente do Salvador (*História do Brasil: 1500-1627*); Diogo de Campos Moreno (*Livro que dá razão do Estado do Brasil – 1612*); Gabriel Soares de Sousa (*Tratado Descritivo do Brasil em 1587*).

⁷ Ver sobre esta questão: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

dos homens e mulheres que o habitavam, assim como dos frutos e dos animais, extasiou a gente estrangeira, fato que prontamente transpareceu na carta do escrivão da esquadra cabralina, Pero Vaz de Caminha. Entretanto, com a expansão territorial portuguesa, estas percepções foram se alterando, chegando mesmo em vários casos a uma “diabolização” da terra ocupada e/ou da sua população nativa.

No momento em que a Igreja e os Estados católicos procuraram impor em termos oficiais a preeminência da ortodoxia diante dos debates e cismas reformistas levados ao paroxismo na Cristandade, as diferenças culturais foram continuamente interpretadas a partir de um conjunto de ideias e práticas consideradas pela Igreja Católica como “as verdadeiras”, por seu caráter de revelação religiosa. Neste contexto, todo sagrado que se encontrasse fora destes moldes foi visto como herético e, concomitantemente, satânico.⁸ Destacando aqui a séria conotação destes termos, posto que Portugal mantinha o Tribunal do Santo Ofício atuante em seus domínios desde 1536, enviando, inclusive, comitivas inquisitoriais ao Brasil.⁹

Segundo Manuela Carneiro da Cunha, a supracitada carta de Pero Vaz de Caminha deu início à construção das ideias longevas acerca dos nativos: não tinham chefes, nem idolatrias ou adorações, sobretudo, eram *tábulas rasas*, páginas em branco, prontas para serem impressas.¹⁰ Cronistas como Pero de Magalhães de Gândavo,¹¹

⁸ Em seu livro “O Medo no Ocidente”, Jean Delumeau abordou a sensação de “cidade sitiada” vivenciada pelas elites religiosas católicas e civis do Ocidente entre os séculos os anos de 1300 e 1800. Ao acreditarem-se cercadas pelos “agentes de Satã”, num temor intensificado pela Reforma Protestante, multiplicaram os catálogos sobre heresias, os índices de livros proibidos e as perseguições. DELUMEAU, Jean. *O Medo no Ocidente: 1300-1800 uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 393-398.

⁹ Sobre este assunto ver: BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições – Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV – XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 e SIQUEIRA, Sônia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

¹⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Imagens de Índios do Brasil: O Século XVI. Estudos Avançados*. São Paulo, v.4, n. 10, p. 91-110, 1990, p. 93.

¹¹ GÂNDAMO, Pero de Magalhães de. *Tratado da terra do Brasil; História da província*

Gabriel Soares de Sousa¹² e o supracitado frei Vicente do Salvador,¹³ por exemplo, proclamaram impressões etnocêntricas semelhantes que se tornariam clássicas a respeito destes grupos humanos: não possuíam fé, muito menos lei e rei.

O fato de não serem apreendidas por alguns indivíduos como idólatras não livrava, entretanto, estas sociedades da serem taxadas como feiticeiras, lembrando que a feitiçaria era uma das principais atividades dos “agentes de satã” na ótica católica.¹⁴ De fato, segundo a ortodoxia e as regras da Inquisição, as pessoas não poderiam ser julgadas como heréticas enquanto não fossem batizadas. Entretanto, após passarem por este rito católico que as integrava ao corpo da Igreja, poderiam ser objetos do escrutínio e arbítrio do Tribunal de Fé, subordinado ao soberano ibero. Deste modo, à associação religiosa, geralmente realizada por meio de constrangimentos físicos e psicológicos, deveria seguir-se rapidamente uma adequação de crenças e ações.

Concepções pejorativas relativas às populações originárias deste espaço tornado Brasil ainda mantêm seus traços no imaginário da nação no qual permanece a ideia destas como selvagens apartados da civilização supostamente mais avançada construída pelo homem branco. A dificuldade em se perceber as populações com pouca distinção cultural (ou seja, aquelas culturalmente “misturadas” como as da região Nordeste do Brasil) enquanto descendentes daquelas

de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil. 5 ed. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1995.

¹² SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 9 ed. Recife: FJN, Ed. Massangana, 2000.

¹³ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke; apresentação Aureliano Leite. 7 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982, p. 78.

¹⁴ Sobre a histórica caça às bruxas ver, por exemplo: DELUMEAU, Jean. *O Medo no Ocidente: 1300-1800 uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

sociedades que primeiro habitaram a terra, conforme analisou João Pacheco de Oliveira, ilustra bem esta questão.¹⁵ Tal classificação binária que diferenciou estes agrupamentos humanos, situando-os numa espécie de infância da humanidade, foi construída sobre os juízos de valores ocidentais. Segundo criticou Frédéric Rognon:

“(…) as sociedades primitivas definem-se, antes de tudo, em oposição a nós, por seu inacabamento, suas insuficiências. Os termos que as qualificam (negativamente), perante o grande público e entre os antropólogos, conduzem ao levantamento de suas faltas: sem história, sem Estado, sem escrita... (…) As sociedades primitivas são sociedades ‘sem’...”¹⁶

Funcionando como o quarto álbi do “homem-adulto-branco-e-normal”,¹⁷ depois da criança, da mulher e do louco, o “selvagem”, e acrescente-se aqui o seu congênere, o “bárbaro”, permaneceu emudecido em representações nas quais os grupos sociais que se perceberam como mais evoluídos falaram por ele: “Com muita frequência os observadores da alteridade não descrevem o que vêem, mas vêem o que descrevem”.¹⁸

Como exemplo disto, pode-se lembrar a pesquisa realizada ainda no século XIX por Samuel George Morton, médico e estudioso da Filadélfia, que publicou em 1839 a “*Crania Americana*”, obra mundialmente respeitada à época. Neste trabalho, Morton acreditou fornecer provas irrefutáveis em favor de uma hierarquia racial que situava as populações autóctones das chamadas Américas em posição de inferioridade intelectual com relação aos grupos de pessoas brancas, fato que supostamente definia aquelas como inadequadas à

¹⁵ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p. 13-42.

¹⁶ ROGNON, Frédéric. *Os primitivos, nossos contemporâneos*. São Paulo: Papirus, 1991, p. 18.

¹⁷ ROGNON, Frédéric. *Os primitivos, nossos contemporâneos*. São Paulo: Papirus, 1991, p. 153.

¹⁸ Idem, p. 148.

civilização. No entanto, conforme demonstrou Stephen Jay Gould, toda a empiria de Morgan consistiu em uma evidente manipulação de dados relativos às capacidades internas de 144 crânios estudados.¹⁹ Vê-se o discurso científico substituindo o religioso no tocante à subalternização social de uma parcela dos seres humanos.

Percepções negativas como as supracitadas deveriam ser tão correntes já entre os agentes da conquista portuguesa, que transluziram nas narrativas produzidas pela Inquisição lisboeta.²⁰ No registro da confissão do mameluco Pedro Bastardo, por exemplo, pode-se visualizar uma síntese da maneira como os grupos nativos foram apreendidos na época. Em uma das frases emblemáticas escritas por Manoel Francisco, notário da Inquisição, lê-se: “*não têm ídolos nem pagodes, nem lei nem crença nem fê*”.²¹

A análise deste relato possibilita uma reflexão acerca de alguns problemas respeitantes à escrita da história dos referidos povos, inclusive nos dias de hoje. Passados cinco séculos do fatídico “encontro”, cristalizaram-se as percepções em negativo assombradas pela suposta visão de outra humanidade muitas vezes tida por bestial e o lugar subalterno que ainda lhes é destinado. De tal modo, a discussão atual em torno do “infanticídio indígena” em muito se assemelha à celeuma que existiu no passado acerca da antropofagia.

¹⁹ GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 45-50.

²⁰ Em fins do século XVI as terras do Brasil recebeu a primeira visitação do Santo Ofício (1591-1595). Uma comitiva liderada pelo inquisidor Heitor Furtado de Mendonça percorreu os espaços referentes às capitanias da Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba averiguando e apurando crimes supostamente cometidos contra a fé católica. Nesta oportunidade foram confessadas e denunciadas falas e práticas enquadradas como delitos variados: bigamia, sodomia e fornicação, criptojudaísmo, blasfêmias e idéias consideradas subversivas em relação à confissão penitencial, ao culto dos santos, ao Purgatório, à castidade, entre outros crimes de fé e de costumes considerados. Estes testemunhos foram registrados pelo notário Manoel Francisco e transformaram-se séculos mais tarde em objetos das mais variadas investigações históricas.

²¹ *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595*. Recife: FUNDARPE, 1984, Livro das Confissões, p. 28-29.

Em ambos os casos, tem-se um álibi para violências perpetradas contra populações que se pretende subjugar.

Devido a preconceitos de variadas ordens, as duas noções prevalecentes entre historiadores(as) na contemporaneidade brasileira acerca das pessoas denominadas índias, no passado e no presente, têm sido, conforme observou John Monteiro,²² por um lado, a exclusão destas enquanto protagonistas da História, e por outro, a percepção de que seus grupos étnicos desapareceram ou estão prestes a desaparecer. Estes raciocínios, frutos dos trabalhos “*pioneiros da historiografia nacional*”,²³ levados a cabo por indivíduos como Varnhagen e Martius, terminaram por aprisionar as referidas populações em um tempo e um espaço específico, o passado e a floresta longínqua. Tal quadro, no entanto, começou a ser revisto nas últimas décadas.²⁴

Voltemos, então, ao documento supracitado. De acordo com o relato inquisitorial,²⁵ Pedro Bastardo nasceu na capitania de Ilhéus, tinha aproximadamente 45 anos à época da visitação e era filho de um homem branco, o ferreiro Afonso Bastardo, com uma escrava

²² MONTEIRO, M. John. Redescobrimos os índios da América portuguesa: antropologia e história. In: AGUIAR, Odílio A. et. alli. *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, pp. 135-142.

²³ Idem, p. 137.

²⁴ Ver, por exemplo: CUNHA, M. C. da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992; SILVA, Edson. 1995. *O lugar do índio: conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada – PE (1860-1880)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE; AZEVEDO, Francisca L. N. de; MONTEIRO, John M. (Orgs.). *Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação*. São Paulo: Edusp, 1997; POMPA, Cristina. *Religião como tradução*. São Paulo, Edusc, 2003; OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Contra capa, 2004.

²⁵ *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595*. Recife: FUNDARPE, 1984, p. 28-29. As palavras retiradas destas duas páginas de documento, citadas ao longo deste texto, estarão em itálico. Por comodidade, esta referência não será multiplicada.

“*negra brasila do gentio deste Brasil*”²⁶ chamada Breatiz, ambos já falecidos no dia em que foi registrado o depoimento. Era solteiro, tinha a profissão de lavrador e morava no Cabo de Santo Agostinho, onde possuía uma roça.

Segundo consta no documento, este indivíduo procurou no dia 7 de fevereiro de 1594 a mesa inquisitorial instalada em Olinda para confessar a experiência que teve durante os sete anos que passou no sertão do Raribe,²⁷ em meio aos “*gentios*”.²⁸ Neste período ele teria vivido de acordo com costumes não-cristãos, tingindo o corpo, “*tendo muitas mulheres gentias*” e participando em suas guerras intergrupais. Inclusive, nesta época ele chegou a receber outro nome, “*Aratuam*”, que tinha o significado de Arara. “*(...) fazendo no exterior todas as obras que os gentios faziam, dizendo-lhes que também ele era gentio e que já não queria ser cristão, nem se queria tornar para a terra dos cristãos e que queria ficar sendo gentio, ir com eles para todo o sempre*”.²⁹

Também, durante todo este tempo em que esteve na companhia dos denominados gentios, ele não seguiu as normas católicas: não se confessou, embora tivesse tido oportunidade de fazê-lo visto que confessores da Companhia de Jesus visitaram o lugar onde ele estava, e comeu carne em dias proibidos pela Igreja. Ainda nesta sua experiência, segundo o testemunho inquisitorial, Pedro Bastardo participou de cerimônias, bebeu “*vinhaças*” e usou fumos, mostrando

²⁶ *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595*. Recife: FUNDARPE, 1984, p. 28 (o relato completo ocupa as páginas 28 e 29).

²⁷ José Antônio Gonsalves de Mello escreveu na Introdução aos documentos resultantes da referida visita inquisitorial que o “sertão do Raribe” ficava no atual território de Sergipe, à margem direita do Rio São Francisco. *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595*. Recife: FUNDARPE, 1984, Introdução, p. 11.

²⁸ Os termos e trechos aspeados e em itálico constam no documento já referido.

²⁹ *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595*. Recife: FUNDARPE, 1984, p. 28.

às pessoas com as quais convivia que acreditava nas suas “*feitiçarias*” e “*agouros*”, e tinha “*a sua gentilidade*”.

Entretanto, passados catorze anos desta vivência, e diante da autoridade inquisitorial, Pedro Bastardo, supostamente arrependido, disse que tudo o que vivenciou no sertão foi de maneira exterior, ou seja, restringiu-se ao âmbito das aparências. No seu interior, verdadeiramente, ele teria guardado a certeza de ser cristão. O notário registrou: “*sempre teve firme a fé em Jesus Cristo*”. Sua experiência no Raribe teria sido uma estratégia para conseguir “*algumas peças*”, ou seja, para trazer do sertão algumas pessoas como escravas.³⁰

No testemunho, ao ser perguntado pelo inquisidor sobre a “*crença*” ou “*lei da gentilidade*”, o mameluco teria respondido que os “*ditos gentios*” com os quais conviveu não tinham “*ídolos*”, “*nem lei nem crença nem fé*” e somente acreditavam em seus “*feiticeiros*”, com seus “*mil despropósitos*”.

Segundo Jean Boutier e Dominique Julia, a qualidade da investigação em história está diretamente relacionada às perguntas feitas pelo pesquisador(a), que devem ser respondidas a partir de uma documentação adequada. Não podendo esta ser interpretada de maneira arbitrária: “*ao sabor da subjetividade ou parcialidade do historiador*”.³¹ Trata-se de uma “*produção erudita de dados*” que não devem ser lidos de qualquer maneira, sem o devido rigor exigido metodologicamente. Neste sentido, eles escrevem: “*O imperativo da verdade, por muito tempo denegrido como avatar do ‘positivismo’, retornou assim em nossos dias ao primeiro lugar das preocupações dos historiadores*”.³²

³⁰ Idem, p. 29.

³¹ BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: *Passados Recompuestos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998, p. 38, 51.

³² Idem, p. 51.

Assim, o relato inquisitorial apresentado acima, longe de fornecer simplesmente informações a respeito das crenças e da maneira de viver das populações originárias, reflete muito mais o universo da conquista portuguesa, destacando-se o papel da Igreja Católica neste processo.

Ao longo do relato, foi estampada uma imagem do grupo autóctone sob a marca da “gentilidade”, que se definia como uma oposição à vivência associada ao catolicismo. Criou-se com isto uma outra religiosidade, não por acaso definida como “feitiçaria”, e uma experiência cotidiana tida como avessa às normas do esperado bom proceder católico, marcadamente no que tange às disposições resultantes do Concílio de Trento: arrola-se poligamia, feitiçaria, rejeição da confissão.

Podemos observar assim, conforme escreveu Carlo Ginzburg,³³ que os documentos não permitem um acesso direto àquela que seria a realidade histórica tal como “*janelas escancaradas*”. Entretanto, estes também não são “*muros que obstruem a visão*”, segundo proclamam os defensores do anti-realismo epistemológico. Nesta ótica, as fontes históricas em geral devem ser comparadas a “*espelhos deformantes*”, que possibilitam, a partir da análise, a produção do conhecimento histórico.

Nunca se saberá as palavras exatas utilizadas pelo confitente Pedro Bastardo, uma vez que elas passaram pelos filtros culturais de seus interlocutores para que fossem compreendidas. Deste modo, pode-se analisar o seu depoimento enquanto um “*espelho deformante*” no qual se destacam os termos utilizados pelo notário da Inquisição. Muitos destes termos encontram-se carregados de significações, tratando-se mesmo de conceitos: gentios, gentilidade, feitiçaria, agouros, ídolos, lei, fé. Vê-se aqui o quanto a reflexão

³³ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 44.

sobre os usos dos conceitos é fundamental neste âmbito da análise documental, mais ainda no tocante à própria escrita da História.

Reinhart Koselleck se dedicou em um de seus artigos à problemática dos conceitos, tanto em termos teóricos quanto práticos.³⁴ Primeiramente, seguindo a sua perspectiva, tem-se uma distinção entre palavra e conceito. O primeiro termo se referindo a um sentido, que conduz a um conteúdo. Enquanto o segundo, por sua vez, é algo mais complexo, que exige uma teorização para a sua enunciação, atrelada a um esforço reflexivo para a sua compreensão.

De acordo com o autor, os termos percebidos como conceitos estão “*imbricados em um emaranhado de perguntas e respostas*”³⁵ que se relacionam ao contexto em que se articulam e atuam e que os torna compreensíveis. Para esclarecer esta relação, ele propõe a análise dos conceitos através de um método que busca situar, utilizando textos comparáveis, o uso dos conceitos em momentos históricos específicos. O seu procedimento consiste em captar o contexto em que determinado conceito aparece em textos diversos, utilizando unidades cada vez maiores, que vão de um parágrafo no conjunto de um texto maior, livros, manifestos, e outras publicações, até ir além do próprio texto escrito ou falado.

Paralelamente, Reinhart Koselleck chamou a atenção para a sincronia e a diacronia no âmbito dos conceitos. Para ele, é possível tratar os conceitos tanto de forma sincrônica quanto diacrônica, visto que eles podem ser considerados num dado momento, independente da sua evolução, sendo privilegiado o seu uso único para uma situação concreta empiricamente verificada, e também serem percebidos quanto à sua evolução no tempo. Neste último caso, os conceitos vão ganhando conotações que seguem a mudança do quadro histórico, de

³⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

³⁵ Idem, p. 137.

maneira que a mesma palavra, utilizada em contextos diversos pode ter o seu conteúdo alterado substancialmente.

Reinhart Koselleck destacou ainda o fato da diacronia estar contida na sincronia visto que os conceitos são elaborados, articulados aos contextos específicos e atuantes por meio de uma semântica carregada de significados conhecidos. O conceito mesmo sendo sincrônico precisa se expressar desta forma diacrônica para que possa ser compreendido.

Assim, deve-se atentar para a especificidade dos conceitos na análise documental, uma vez que, conforme foi visto no relato inquisitorial, os documentos expõem conceitos usados de acordo com os critérios de seus produtores, que estão inseridos em um contexto histórico, com suas referências políticas, sociais e culturais. Torna-se, desta forma, equivocada a simples transposição dos conceitos encontrados nas fontes para a narrativa histórica. A historiografia, sobretudo por seu caráter político, deveria ser um dos lugares privilegiados de crítica ao uso de alguns conceitos em virtude do etnocentrismo que muitas vezes lhes é característico.

Esta reflexão realizada a partir de um relato inquisitorial específico pode ser estendida a outras fontes históricas, como no caso das narrativas produzidas pelos cronistas mencionados, evitando que a historiografia reproduza uma modalidade de pensamento binário que se instrumentaliza das conceituações quinhentistas. A própria palavra “índio”, usada de maneira corrente até os dias de hoje, é emblemática deste aspecto. A começar por ter sido usada por Cristóvão Colombo devido a um equívoco geográfico.³⁶

³⁶ De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, o termo “índio” aparentemente passou a ser usado no século XVI para referir os nativos aldeados ou escravizados, enquanto a expressão “gentio” dizia respeito aos indivíduos não submetidos. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Imagens de Índios do Brasil: O Século XVI. Estudos Avançados*. São Paulo, v.4, n. 10, p. 91-110, 1990, p. 94.

Ao pensar nos usos dos conceitos em História, principalmente nas projeções impróprias, pode-se referir um interessante artigo de Carlo Ginzburg no qual é realizada uma analogia entre o trabalho do inquisidor e o do antropólogo.³⁷ Neste texto, é destacado o caráter de intrusão cultural característico da produção de relatos inquisitoriais e antropológicos. É possível estender esta analogia ao trabalho histórico, tanto no que tange ao manejo dos documentos do passado, quanto à própria escrita da História. Embora possa parecer exagero aproximar esta área de pesquisa ao trabalho do inquisidor, os elos podem ser percebidos se tomarmos como ponto de observação o lugar da crítica ao eurocentrismo presente na História ocidental.

Aproximando-se do ponto de vista de autores como J. M. Blaut,³⁸ Claude Liauzu,³⁹ Immanuel Wallerstein,⁴⁰ Dominique Perrot e Roy Preiswerk⁴¹, pode-se perceber e questionar o esforço, principalmente vinculado ao evolucionismo cultural presente na historiografia ocidental, de organizar a existência de todos os povos do planeta a partir de um esquema no qual os europeus com suas categorias por suposição detêm a supremacia. Blaut, por exemplo, usa a figura do “túnel do tempo” para mostrar como os ditos brancos, ao se considerarem superiores, procuraram controlar simbolicamente a construção da história universal.

³⁷ GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações. In: GINZBURG, Carlo (org.). *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 203-214.

³⁸ BLAUT, J. M. *The Colonizer's Model of the World. Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York/London: The Guilford Press, 1993.

³⁹ LIAUZU, Claude. *Race et Civilisation – L'autre dans la culture occidentale. Anthologie historique*. Paris: Syros, 1992.

⁴⁰ WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *O fim do mundo como concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002; WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁴¹ PERROT, Dominique & PREISWERK, Roy. *Ethnocentrisme et Histoire. L'Afrique, l'Amérique indienne et l'Asie dans les manuels occidentaux*. Paris: Anthropos, 1975.

Neste âmbito, Immanuel Wallerstein⁴² lembrou o perigo, difícil de evitar, de se realizar a crítica a esta tal História a partir de categorias propriamente eurocêntricas. Diante disto, se pode pensar em noções problemáticas como historiografia, universalismo, progresso, orientalismo e civilização. O filósofo mexicano Leopoldo Zea também levantou importantes questões, chegando mesmo a questionar a existência de uma filosofia americana devido às conexões desta com o ideário europeu.⁴³ Também criticou a ideia da “*Europa como realização exclusiva da liberdade*”.⁴⁴

Por outro lado, não se deve pensar em um dualismo, semelhante ao que vimos no testemunho do mameluco supracitado (“gentio”/“cristão”), que coloca de um lado o eurocentrismo e do outro, por exemplo, o afrocentrismo, que poderia descambar no relativismo. Algo que estaria diretamente ligado ao atual debate acerca da história ser percebida como verdade ou como ficção.

Seguindo a perspectiva apontada por Carlo Ginzburg, que claramente se opõe à redução da historiografia à sua dimensão narrativa ou retórica,⁴⁵ a igualdade entre história e ficção seria fruto de uma visão equivocada da retórica que predomina nos dias de hoje. A própria demonstração da falsidade da doação de Constantino empreendida em meados do século XV por Lorenzo Valla, é apontada pelo autor como exemplo fundamental da válida combinação de retórica e prova que remonta a Aristóteles. Nesta senda: “*a retórica se move no âmbito do provável, não no da verdade científica, e numa perspectiva delimitada, longe do etnocentrismo inocente*”.⁴⁶

⁴² WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *O fim do mundo como concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 205-221.

⁴³ ZEA, Leopoldo. *Filosofia de la historia americana*. México: Fondo de Cultura, 1978.

⁴⁴ ZEA, Leopoldo. *Discurso desde la marginación y la barbarie*. México: Fondo de cultura, 1990, p. 202.

⁴⁵ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 13 e 41.

⁴⁶ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia

Assim, para Ginzburg, o debate acerca da retórica e da prova remeteria à importante questão do choque e da convivência entre as culturas. A ideia de imposição a outros grupos humanos de costumes e valores de uma civilização que se define como superior, por um lado, e a crença de que as culturas não podem ser comparadas em seus princípios morais e cognitivos, o que gera uma tolerância sem limites, por outro, teriam a mesma origem intelectual: “*uma ideia de retórica não apenas estranha mas também contraposta à prova*”.⁴⁷ Tais reflexões se constituem como importantes contribuições para se pensar as Histórias das populações originárias submetidas à “colonização” e de seus descendentes.

das Letras, 2002, p. 41.

⁴⁷ Idem, p. 15. Em nota, o autor se refere nesta passagem à obra de R. Rorty, “Nietzsche, Sócrates and pragmatism”, em *South African Journal of Philosophy*, 10 (1991-3).